



O TEMPO DA POLÍTICA E O TEMPO DA MÍDIA¹

Teresinha Maria de Carvalho Cruz Pires

Prof^a Dr^a do Curso de Comunicação Social da PUC MINAS

No episódio da moratória mineira, destaca-se o modo acelerado como as ações políticas se desenvolveram. Isso, a nosso ver, advém tanto de características próprias à contemporaneidade quanto pelo fato de o episódio ter sido mediado pela mídia.

Em seu livro “A condição pós-moderna” (1989) David Harvey assinala que, no capitalismo ocidental, a partir dos anos 60, presencia-se “*uma intensa fase de compressão do tempo-espaço*”, que produz grande impacto sobre as práticas político-econômicas, bem como, sobre a vida social e cultural. Tal compressão pode ser entendida, segundo o autor, como uma “*aceleração generalizada dos tempos de giro do capital*”. Ainda, de acordo com ele, “*a primeira consequência importante foi acentuar a volatilidade e efemeridade de [...] idéias e ideologias, valores e práticas estabelecidas. A sensação de que ‘tudo o que é sólido se desmancha no ar’ raramente foi mais persuasiva*”. (Harvey, 1989 : 258)

Essa discussão proposta por Harvey possibilitou-nos compreender melhor o episódio da moratória mineira uma vez que o mesmo apresenta, a nosso ver, um sentido peculiarmente forte de compressão do tempo-espaço. Em vista disso, a análise feita por ele será o fio condutor desta reflexão sobre o “tempo da política” e o “tempo da mídia”.

Nesse sentido, dois momentos, a nosso ver, contribuíram significativamente para o desencadeamento acelerado das decisões e ações políticas. O primeiro, refere-se ao decreto da moratória.

“No dia 3 de janeiro, o ‘Hoje em Dia’ foi o único jornal a dizer: é moratória. Os outros não disseram isso, mas você pode ver lá: é moratória. Ficou aquele mal-estar, é ou não é? O que é exatamente? Pois não havia nenhum ato formal dizendo “eu estou em moratória” ou eu não vou pagar”. Não havia, nunca houve nada disso. Aí, no dia 6, realmente o governador assumiu. Ele me chamou lá na secretaria [da Fazenda] e me disse: “olha eu

¹ O artigo apresenta reflexões da tese de doutorado intitulada “Figurações do real: mídia e política na cena mineira” defendida na UFRJ em janeiro de 2003.

*acabei de anunciar que nós vamos suspender os pagamentos. Foi só aí que se deu a moratória.*² (grifos nossos)

Esse depoimento do então secretário da Fazenda, conhecido na imprensa como o secretário da moratória, despertou-nos a atenção pelo seu caráter elucidativo: a decisão política ainda não havia sido oficializada e o jornal já estampava como manchete: “Itamar decreta moratória”.³

Nesse sentido, ocorre-nos que o governador Itamar Franco, ao fazer seu pronunciamento no dia 2 de janeiro, não estaria decretando moratória. O secretário referindo-se ainda à tentativa inicial de renegociação relata “*não nos passava pela cabeça que eles [do governo federal] se recusariam a sequer conversar sobre o assunto*”⁴. Desse modo, a idéia seria mais no sentido de Itamar provocar com o pronunciamento “*um ataque surpresa: atacar forte para forçar um armistício*”⁵.

De fato, o que se observa é que várias declarações presentes em matérias jornalísticas publicadas entre os dias 3 e 5 de janeiro não apresentavam a moratória como fato consumado:

*“ (...) por enquanto, a idéia de Itamar é apenas uma hipótese porque não há nada de oficial”, afirmou o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha.*⁶ (grifo nosso)

*O secretário da Casa Civil, Henrique Hargreaves, afirmou ontem que o governador em “nenhum momento” declarou oficialmente moratória na dívida com a União.*⁷ (grifo nosso)

*Ontem, Henrique Hargreaves comentou as declarações do porta-voz da presidência, embaixador Sérgio Amaral, que disse que o governo federal não vai renegociar a dívida dos Estados. “Ele está falando pelo que está lendo nos jornais. Nós não mandamos nenhuma correspondência oficial até agora...”*⁸ (grifo nosso)

² Alexandre Dupeyrat, entrevista realizada em 17 de agosto de 1999. Em um outro momento da entrevista Dupeyrat complementa: “Eu diria o seguinte, com ou sem imprensa, com ou sem essa manchete do “Hoje em Dia”, “É moratória”, esse choque político, esse enfrentamento necessariamente aconteceria, dada a determinação do governador de assumir uma postura política de oposição ao modelo neoliberal.”

³ Manchete de primeira página do jornal “Hoje em Dia”, 3 de janeiro de 1999.

⁴ Alexandre Dupeyrat, entrevista realizada em 17 de agosto de 1999.

⁵ Mauro Santayana, entrevista por telefone, em 23 de setembro de 1999.

⁶ Planalto ameaça Estado que declarar moratória. “O Tempo”, 5 de janeiro de 1999, p.4.

⁷ Hargreaves muda discurso. “Estado de Minas”, 6 de janeiro de 1999, p.3.

⁸ Ministros peemedebistas vão se reunir em BH na 6ª. “O Tempo”, 6 de janeiro de 1999, p.3.

Ainda nesse sentido, uma informação fornecida por Antônio Luiz Bernardes, que participou da equipe de contas do Estado na fase de transição do governo Itamar Franco, parece-nos particularmente interessante no sentido de evidenciar que inicialmente teria sido previsto um período de preparação da moratória:

Nós fizemos um cálculo para eles do tempo que o Estado agüentaria funcionar pagando a dívida, dava, se não me engano, seis meses. Era quase o que o Itamar tinha para trabalhar politicamente a moratória. Nós demos várias sugestões para ele, entre elas, a de depositar em juízo, mas o principal era ele dizer: olha, são 130 milhões esse mês, isso equivale a tantos professores na escola, ou tantas casas populares. Porque aquilo não era uma situação de Minas, era uma situação generalizada. A idéia era ter uma estratégia de ganhar a população e de ganhar aliados. [...] Assim, seria uma moratória que sairia lá pelo quinto ou sexto mês e seria preparada do ponto de vista político, do ponto de vista da população e da articulação com os outros Estados.⁹

Assim, se por um lado Itamar teria buscado com a publicização de seu pronunciamento surpreender o presidente Fernando Henrique, ou seja, utilizar-se da mídia para alcançar um determinado objetivo político. Por outro, há que se considerar que no jornalismo não se trabalha com essa lógica da política. Intenções não são notícias.

Nesse caso, seria possível dizer que a interpretação que a mídia fez do pronunciamento do governador Itamar Franco – é moratória – aliada a sua grande repercussão nos jornais e nos noticiários televisivos teriam conseguido acelerar a decisão política e, desse modo, teriam conseguido “forçar” o agendamento de um acontecimento¹⁰ que se apresentava com grande valor noticioso: um ex-presidente, governador da então segunda economia do país e do segundo colégio eleitoral declara moratória em um momento de crise econômica e convoca outros governadores a seguirem o mesmo caminho.

Interessante observar que tais ingredientes atendem ao que Wolf (1999) considera como sendo as quatro variáveis determinantes da importância de uma notícia: o nível hierárquico dos indivíduos envolvidos nas instituições governamentais; o impacto sobre a nação e sobre o interesse nacional; a quantidade de pessoas que o acontecimento [de fato ou

⁹ Depoimento de Antônio Luiz Bernardes à autora em 26 de setembro de 1999.

¹⁰ De acordo com Rodrigues (1993: 27) “um facto adquire o estatuto de acontecimento pertinente do ponto de vista jornalístico: quanto menos previsível for, mais probabilidades tem de se tornar notícia e de integrar assim o discurso jornalístico”.

potencialmente envolvel] e a relevância e significatividade do acontecimento quanto à evolução futura de uma determinada situação.

O segundo momento, a nosso ver, mais decisivo, decorre desse primeiro momento. A mídia ao fazer a leitura da ação de Itamar como sendo já a oficialização de uma moratória provoca não só a aceleração da decisão política de Itamar Franco, mas também uma reação negativa imediata do mercado externo financeiro. Tal reação, por sua vez, acelera as respostas do governo federal¹¹ e da própria mídia que passam a ter que serem dadas no ritmo do próprio mercado.

Com relação a esse aspecto Harvey (1989: 275 - 258 -263) assinala que

Os mercados financeiros mundiais se encontram numa situação que torna um julgamento apressado aqui, uma palavra impensada ali e uma reação instintiva acolá a gota d'água que pode fazer vir abaixo toda a estrutura da formação do capital fictício e da interdependência. [...] como diz o ditado, "vinte e quatro horas ser um tempo bem longo" nos mercados globais de ações. [...] mercados futuros em tudo, do milho e do bacon a moedas e dívidas governamentais, associados com "secularização" de todo tipo de dívida temporária e flutuante, ilustram técnicas de descontar o futuro do presente. Toda espécie de seguro contra a futura volatilidade vai se tornando cada vez mais disponível. (grifos nossos)

Nesse sentido, considera-se relevante caracterizar como o “tempo da política” entendido aqui como aquele tempo que permite a manutenção do nível de racionalidade – de

¹¹ No que se refere ao presidente Fernando Henrique Cardoso observou-se que a palavra moratória assumia um caráter negativo por comprometer a credibilidade do país junto aos organismos internacionais. Uma matéria publicada pela revista “Imprensa” informa que, assim que a moratória foi anunciada, “em questão de horas, o C-bond, o termômetro da credibilidade do País, caiu 4%” (Pinto, Tão Gomes. Itamar bate as asas e a casa cai. Revista Imprensa, fevereiro de 1999, p.22.). Em vista disso, a preocupação do presidente era “**tirar do noticiário internacional a palavra moratória**, isso porque nos últimos dois dias ele passou o dia recebendo telefonemas pedindo explicações a respeito da decisão do governo de Minas Gerais” (Comentário feito pela repórter Sônia Filgueiras no “Jornal da Band” veiculado no dia 8 de janeiro de 1999). Nesse sentido, cabe lembrar, ainda, a nota oficial divulgada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, no dia 7 de janeiro. O seguinte trecho da nota deixa bem claro a preocupação do governo em tranquilizar os organismos internacionais: “A esse respeito, que não parem quaisquer dúvidas o País honrará seus compromissos externos e internos integralmente, e o governo não hesitará em exigir o integral cumprimento de contratos legais e legítimos com quem quer que seja”. Por fim, curiosamente, um artigo do embaixador Roberto Campos esclarece-nos sobre o peso político da palavra moratória: “Itamar Franco reinseriu no vocabulário político uma palavra que parecia relegada ao dicionário das pornografias econômicas – a ‘moratória’. Para a finança internacional é palavra maldita pois implica suspensão de pagamento, gerando a impressão de ruptura de contrato. Em crises de insolvência, que se supõe temporárias, os vocábulos politicamente corretos são ‘reescalonamento’ ou ‘reestruturação’. Os pagamentos nunca devem ser ‘suspensos’, ainda que reduzidos a proporções simbólicas. O Brasil deveria Ter aprendido essa lição. A moratória unilateral de 1987, histrionicamente chamada de ‘moratória soberana, excluiu o país do radar dos investidores por longo tempo. Até, hoje, doze anos depois, as agências de crédito dão ao Brasil um ‘rating’ desproporcionalmente severo por causa dessa mancha em nosso prontuário financeiro” (Coluna “Ponto de Vista” assinada por Roberto Campos veiculada pela Veja, do dia 3 de fevereiro de 1999, p.22).



cálculo – e a possibilidade de planejamento das decisões políticas e administrativas, teve também sua temporalidade acelerada quando o governador Itamar Franco, os governadores aliados e de oposição e o governo federal decidiram publicizar antes suas decisões através da mídia, sobretudo, pela televisão, em vez de primeiro fazer um encaminhamento formal aos órgãos envolvidos.

Cabe esclarecer que a análise que se segue foi elaborada a partir de um pequeno comentário feito pelo porta-voz da presidência, Georges Lamazière, sobre a **nota oficial** divulgada, no dia 21 de janeiro, pelo Ministério da Fazenda alertando os organismos financeiros do risco de inadimplência por parte do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais nos financiamentos.

*Quando os jornalistas indagaram porque o governo não avisou primeiro aos governadores antes de emitir a nota, Lamazière argumentou: “**No caso da moratória dos Estados, não foi comunicado primeiro à imprensa e depois ao governo?**”, indagou, garantindo, em seguida, que não se tratava de um ato de retaliação.¹² (grifo nosso)*

Curiosamente, tal comentário possibilitou-nos encontrar um sentido para a presença intrigante de tantas notas oficiais. Tais notas oficiais tiveram início com a divulgada por Itamar Franco no dia 6 de janeiro decretando a moratória. A respeito dessa nota, localizamos uma informação interessante veiculada pelo “Jornal da Band”, que ilustra bem como as informações foram processadas: “Assim que recebeu a nota [dia 6 de janeiro], o presidente Fernando Henrique telefonou para alguns ministros e leu, ele mesmo, todo o texto”.¹³

No mesmo dia 6 de janeiro, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, também divulga uma nota em resposta a Itamar. Interessante destacar que os telejornais do dia 6, ao mesmo tempo que anunciam a nota oficial de Itamar, já informam sobre esta outra nota do Ministério da Fazenda. No dia seguinte, o ministro divulga uma outra nota, só que agora oficial (Anexo 1). E, no dia 21 de janeiro, outra nota oficial (anexo 2) é divulgada pelo Ministério da Fazenda. No dia 9 de fevereiro, Itamar Franco divulga duas notas oficiais (ver íntegra das notas nas páginas 73 e 74). Cabe também lembrar ainda as cartas que foram divulgadas: Carta de São Luiz (12 de janeiro), Carta de Belo Horizonte (18 de janeiro) e Carta de Porto Alegre

¹² Ministério tem apoio de FHC. “Estado de Minas”, 23 de janeiro de 1999, p.3.

¹³ Bergamo, Mônica. “Jornal da Band”, 6 de janeiro de 1999.



(05 de fevereiro) A esse respeito das notas oficiais divulgadas pelo governador Itamar Franco, um comentário feito no “Jornal da Record” é ilustrativo:

*“Nos últimos dias, o governador **Itamar Franco** só vinha se pronunciando através de notas oficiais ou declarações informais. Mas hoje ele reuniu a imprensa para resolver assuntos pendentes e anunciar que Minas Gerais vai pedir ao BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, a instalação de um tribunal arbitral.”¹⁴*

Em vista disso, a nosso ver, as notas oficiais podem ser consideradas não só como exemplos de que as informações foram passadas primeiro para a mídia, mas também como sinal do processo de aceleração das decisões políticas. Além dessas, observou-se também outras situações em que as decisões foram divulgadas primeiro através da mídia e com uma rapidez digna de nota. Ilustrativo, nesse sentido, foi a informação sobre o teor da Carta de Porto Alegre, no dia 5 de fevereiro, pelos telejornais. O “Jornal Nacional” informa:

Fátima Bernardes: Os governadores de oposição, que vinham exigindo a renegociação das dívidas dos Estados, resolveram endurecer ainda mais. Em reunião em Porto Alegre, eles decidiram estabelecer uma série de condições para a reunião com o presidente Fernando Henrique na semana que vem (...).¹⁵

Ao tomar conhecimento através dos telejornais, o presidente decide, na noite deste dia 5, cancelar o encontro e divulga, no dia 6 de fevereiro, uma nota na qual informa que estranhou a publicação antecipada dos temas que os governadores de oposição levariam para a reunião. Nesse caso, é interessante esclarecer que a íntegra da Carta de Porto Alegre só saiu publicada nos jornais do dia 6 de fevereiro e só foi entregue pelos governadores de oposição, no dia 9 de fevereiro, na reunião realizada entre esses e os ministros Pedro Malan, Waldeck Ornelas e Pimenta da Veiga. Desse modo, os telejornais ao anteciparem o conteúdo da Carta de Porto Alegre já provocaram uma resposta imediata do presidente. O “Jornal da Record”

¹⁴ Lombardi, Lia. “Jornal da Record”, dia 3 de fevereiro de 1999.

¹⁵ “Jornal Nacional” do dia 05 de fevereiro de 1999. Neste dia, o “Jornal da Band” informa: “Marcos Hummel: O encontro dos rebeldes. Sete governadores de oposição se reúnem em Porto Alegre (...) na terça-feira a proposta vai ser levada ao presidente Fernando Henrique”. E o “Jornal da Record”: “... fizeram a lista das reivindicações que vão levar ao presidente Fernando Henrique ...”



chega mesmo a informar que também, no dia 6, os governadores divulgam uma outra nota em resposta à decisão de Fernando Henrique:

*Sérgio Amaral (repórter): A **tréplica** dos governadores veio nesta nota divulgada hoje em Porto Alegre. Eles reafirmam a necessidade de repactuação das dívidas e dizem que os governadores do Rio Grande do Sul, Alagoas e Rio de Janeiro estarão aqui em Brasília na terça-feira para o encontro com o presidente da República (...). (grifo nosso)*

Interessante, ainda, nesse episódio, destacar a seguinte declaração do governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho:

*O encontro foi marcado pelo Pimenta da Veiga, que telefonou para minha casa. **E eu não acho correto desmarcar um encontro pela imprensa** ou que o presidente peça a outro qualquer para se comunicar com os governadores, porque, para mim, a reunião de terça-feira continua existindo.¹⁶ (grifo nosso)*

Tais exemplos instigam-nos a buscar compreender melhor o que já foi apontado por Miguel (2000:78) “há uma tendência crescente para inverter a relação entre fato político e sua divulgação: a divulgação precede o fato, uma vez que é, com vistas a ela, que o fato efetivamente ocorre”.

No entanto, o autor, a nosso ver, responde apenas parcialmente a essa questão, à medida que explica esse processo de inversão da relação entre fato político e sua divulgação como tendo origem apenas em uma necessidade da política de fazer com que “os aspectos de espetáculo tenham que ser levados em conta em cada ação política”, e, desse modo, vendo aí um sinal de que “é a política que se adapta às regras de produção simbólica da mídia” (Miguel, 2000:78). A nosso ver, ficam a descoberto algumas características peculiares à política na contemporaneidade e, também, à lógica produtiva da mídia. Há que se considerar que existe também por parte da mídia uma necessidade de se adaptar à lógica da política.

¹⁶ “Jornal da Band” do dia 6 de fevereiro de 1999. Neste dia, o “Jornal da Record” também reproduz essa fala de Garotinho: “Eu não vou ser comunicado pela imprensa que a reunião com o presidente está cancelada, eu vou à Brasília.”

O fato de a moratória mineira ter se entrelaçado com a crise do Real e a conseqüente desconfiança dos mercados financeiros mundiais demandou respostas rápidas por parte do governo federal e das unidades subnacionais¹⁷ e, desse modo, também da própria mídia que teve que acompanhar com maior agilidade o processo. Essa necessidade da mídia em também ter que dar respostas rápidas ficou patente numa situação em que o silêncio de Itamar de apenas **um** dia foi cobrado: “É esperado para hoje um novo pronunciamento do governador Itamar Franco (PMDB). Desde a última terça-feira [19 de fevereiro], ele não comenta as repercussões da moratória mineira”.¹⁸ Desse modo, o que se observa é que se a política não dá resposta, a própria mídia a elabora: Itamar Franco não quer falar.

Entretanto, recorrendo-se a Harvey (1989) é possível afirmar que tal situação não é característica apenas de episódios como esse em questão que afetam os mercados financeiros, pode-se dizer que, nesses casos, haveria um processo mais intenso de compressão do tempo-espço, mas tal compressão afeta, na verdade, todas as práticas políticas na “pós-modernidade”.

Harvey (1989:275) adverte:

A compressão do tempo-espço sempre cobra o seu preço da nossa capacidade de lidar com realidades que se revelam a nossa volta. Por exemplo, sob pressão, fica cada vez mais difícil reagir de maneira exata aos eventos [...] a realidade é antes criada do que interpretada em condições de tensão e compressão do tempo-espço. (grifo nosso)

Nesse sentido, parece-nos ilustrativa a reação de Fernando Henrique à reunião realizada pelos governadores do bloco de oposição em Porto Alegre. Ao querer dar uma resposta imediata ao posicionamento dos governadores, o presidente cancela a reunião que teria com os governadores representantes do bloco de oposição sem ter disposto de tempo para fazer o cálculo do que isso representaria. Resultado: diante da imagem negativa que tal decisão acarretou, acabou tendo que retroceder designando os ministros Pedro Malan, da

¹⁷ Nesse sentido, uma observação feita por Harvey (1989: 275) pareceu-nos muito pertinente: “... o pensamento político, contudo, não passa necessariamente por essas transformações fáceis, estando de qualquer modo sujeito às pressões contraditórias que advêm da integração e da diferenciação espaciais. **Há um risco onipresente de que nossos mapas mentais não correspondam às realidades correntes.** A séria redução do poder das nações-Estado individuais sobre as políticas fiscal e monetária, por exemplo, não foi acompanhada por nenhuma internacionalização da política. Com efeito, há sinais abundantes de que o localismo e o nacionalismo se tornaram mais fortes justamente por causa da busca da segurança que o lugar sempre oferece em meio a todas as transformações que a acumulação flexível implica”. (grifo nosso)

¹⁸ Governador pode romper silêncio. “Diário do Comércio”, 21 de janeiro de 1999, p.10.



Fazenda, Waldeck Ornelas da Previdência e Pimenta da Veiga, das Comunicações, para receber os governadores. Isso significa, a nosso ver, que a política depende da informação para efetivar o cálculo racional, mas ao tentar responder na velocidade da informação o cálculo fica comprometido.

Tal episódio revela também um elemento fundamental que contribui para o processo de aceleração das decisões políticas: a transmissão “em tempo real” das reuniões políticas. A esse respeito, Harvey (1989: 264) assinala:

*A televisão de massa associada com a comunicação por satélite possibilita a experiência de uma enorme gama de imagens vindas de espaços distintos quase simultaneamente, encolhendo os espaços do mundo numa série de imagens de uma tela de televisão. O mundo inteiro pode assistir [...] a uma reunião de cúpula política. [...] A imagem de lugares e espaço se torna tão aberta à produção e ao uso efêmero quanto qualquer outra. Em suma, **testemunhamos outra difícil rodada do processo de aniquilação do espaço por meio do tempo que sempre esteve no centro da dinâmica capitalista.***

Pelo exposto, observa-se que a resposta que a política e a mídia têm dado à ação da compressão do tempo-espaço parece ser aquela apontada por Harvey (1989: 316) “*tem sido [a de] tentar montar no tigre da compressão do tempo-espaço mediante a construção de uma linguagem e de imagens capazes de espelhá-la e, quem sabe, dominá-la*”.

Por fim, pode-se dizer que o processamento das informações políticas teve sua dinâmica acelerada em função da necessidade de formação de consensos. Nesse sentido, pode-se afirmar que tanto o “tempo da política” esteve se submetendo ao “tempo da mídia” quanto este àquele, e os dois, ao mesmo tempo, estavam criando algo complicado, relacionado ao tráfico de informações e à capacidade de resposta em termos de ações.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

MIGUEL, Luís Felipe. **Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral de 1994**. São Paulo: Editora da Unicamp, Imprensa Oficial, 2000.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O acontecimento**. In: **TRAQUINA**, Nelson (org.) **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.